

a) A lei -

Fonte Primária / Direta → Cria o direito

Lei
 Ampla → Sentido Estrito (P.L) → Ato Normativo Primário.
 → Ato Normativos → Decreto, Resolução, Regimento Interno, Portaria

Lei
 em
 Sentido
 Estrito → LEIS, C.F, C.E, M.P, E.C, Tratados Internacionais
 Com "status" de E.C (Art. 5º, § 3º, CF) → sobre direitos
 Humanos, Aprovado no C.N, em 2 turnos e por 3/5
 dos seus membros.

→ Ato Normativos → Portaria, Decreto, Resolução, R.T... etc.
 ↳ Secundário

b) A doutrina;

c) A jurisprudência, que representa o conjunto de reiteradas decisões do Poder Judiciário no mesmo sentido.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. REPROVAÇÃO. SUBJETIVIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. 1. Compete ao Poder Judiciário efetuar o controle de legalidade dos atos administrativos, não lhe competindo adentrar no mérito destes, substituindo-se à banca examinadora e emitindo juízo de valor sobre as avaliações psicológicas realizadas como etapa de certame. 2. A validade do exame psicológico está condicionada a três requisitos 1) previsão legal; 2) exigência de critérios objetivos; 3) garantia de recurso administrativo. A esses três requisitos, a jurisprudência e a doutrina acrescentam outro: previsão no edital. 3. Uma vez demonstrada a observância dos requisitos acima descritos, e inexistindo ofensa a quaisquer deles, não há que se falar em ilegalidade da avaliação psicológica. 4. Agravo de instrumento desprovido. (10/07/2019 – TJDFT)

Súmula nº 20 do TJDFT - A validade do exame psicotécnico está condicionada à previsão legal, à exigência de critérios objetivos e à garantia de recurso administrativo.

Súmula nº 19 do STF - É inadmissível segunda punição de servidor público, baseada no mesmo processo em que se fundou a primeira.

Súmula nº 591 do STJ - É permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Súmula nº 611 do STJ - Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

Súmula nº 54 do TSE - A desincompatibilização de servidor público que possui cargo em comissão é de três meses antes do pleito e pressupõe a exoneração do cargo comissionado, e não apenas seu afastamento de fato

Teses de Repercussão Geral

“Nos casos autorizados, constitucionalmente, de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público”.

Teses de Repercussão Geral

RE 778889 - Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada.